



**INSTITUTO
FEDERAL**
Piauí

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS URUÇUÍ
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

TATIELE SILVA DA SILVA

**OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS PESSOAS SURDAS DA CIDADE DE
URUÇUÍ/PI: LIBRAS COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO**

**URUÇUÍ
2024**

TATIELE SILVA DA SILVA

**OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS PESSOAS SURDAS DA CIDADE DE
URUÇUÍ/PI: LIBRAS COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico)
apresentado como exigência parcial para obtenção
do diploma do Curso de Licenciatura em Ciências
Biológicas do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Uruçuí.

Orientadora: Prof^ª. Esp. Áquila Sales de Souza Lucas.
Coorientador Prof^ª. Esp. Natália Noele Nery Silva.

URUÇUÍ

2024

OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS PESSOAS SURDAS DA CIDADE DE URUÇUÍ/PI: LIBRAS COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO

Tatiele Silva da Silva

Orientadora: Prof^ª. Esp. Áquila Sales de Souza
Luca.

RESUMO

Este artigo discute os desafios enfrentados por pessoas surdas, focando na inclusão e no uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio para superar esses obstáculos. A pesquisa, de abordagem qualitativa e procedimentos técnicos de pesquisa-ação, utilizou questionários semiestruturados aplicados a pessoas surdas, seus familiares, amigos e professores na cidade de Uruçuí-PI. O suporte teórico incluiu autores como Carmozine (2012), Gesser (2009), Mantoan (2015), Orrú (2017) Quadros (2004) e Witkoski (2012), que abordam inclusão, Libras e surdez. Nos últimos anos, as discussões sobre inclusão educacional se intensificaram, apoiadas por fundamentos legais que visam assegurar educação para todos, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a Lei 10.436, que reconhece Libras como meio legal de comunicação e expressão, promovendo sua difusão pelo poder público. A pesquisa revela que, apesar das leis garantirem direitos educacionais e sociais para pessoas surdas, na prática, esses direitos não são plenamente efetivados, resultando em desafios significativos como barreiras de comunicação, preconceito, capacitismo, e dificuldades no acesso à saúde, educação e trabalho. Este estudo é relevante por destacar e fomentar reflexões sobre uma temática pouco discutida no contexto social e educacional de Uruçuí, promovendo novas análises e respeito, além de possibilidades para a efetivação dos direitos das pessoas surdas.

Palavras-chave: Pessoa surda; desafios; libras; inclusão.

ABSTRACT

This article discusses the challenges faced by deaf people, focusing on inclusion and the use of Brazilian Sign Language (Libras) as a means to overcome these obstacles. The research, with a qualitative approach and technical action research procedures, used semi-structured questionnaires applied to deaf people, their family members, friends and teachers in the city of Uruçuí-PI. The theoretical support included authors such as Carmozine (2012), Gesser (2009), Mantoan (2015), Orrú (2017) Quadros (2004) and Witkoski (2012), who address inclusion, Libras and deafness. In recent years, discussions on educational inclusion have intensified, supported by legal foundations that aim to ensure education for all, such as the Brazilian Inclusion Law (LBI) and Law 10.436, which recognizes Libras as a legal means of communication and expression, promoting its dissemination by the government. The research reveals that, although laws guarantee educational and social rights for deaf people, in practice, these rights are not fully implemented, resulting in significant challenges such as communication barriers, prejudice, ableism, and difficulties in accessing health, education, and work. This study is relevant because it highlights and encourages reflections on a topic that is little discussed in the social and educational context of Uruçuí, promoting new analyses and respect, as well as possibilities for the realization of the rights of deaf people.

Keywords: Deaf person; challenges; libras; inclusion.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo discutir os desafios enfrentados por pessoas surdas, focando na inclusão e no uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio para superar esses obstáculos. As discussões sobre inclusão educacional têm se intensificado nos últimos anos, tendo como embasamento os fundamentos legais de educação para todos, na qual diversas leis e decretos se destinam a assegurar e promover a inclusão de pessoas com necessidades específicas.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a igualdade de condições no acesso e permanência à educação e valorização humana, fundamentos da educação inclusiva. As lutas por políticas educacionais e os debates na perspectiva da educação inclusiva se fortaleceu, especialmente em 1994, com a proclamação da Declaração de Salamanca definindo políticas, princípios e práticas da Educação Especial. A política nacional de educação especial condicionou o acesso ao ensino regular. A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96, reconhece a importância deste aspecto para a inclusão ao atribuir às redes de ensino o dever de assegurar currículo, métodos, recursos e organização para atender às necessidades dos alunos.

Dentro dessa perspectiva das políticas públicas para a educação especial inclusiva, encontra-se a educação de surdos, que através de lutas e reivindicações da comunidade surda, vem conquistando espaço e direitos. Dentre essas conquistas, podemos destacar a lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, conhecida como lei de Libras e que reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua brasileira de sinais-Libras e outros recursos de expressão a ela associados; o Decreto 5.626/2005 que regulamenta a lei de libras e garante às pessoas surdas, o direito à educação inclusiva com adequações necessárias para o acesso à comunicação, à informação, à educação e saúde; a lei nº 12.319/2010 que regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de libras; a lei 13.146/2015 conhecida como lei brasileira de inclusão ou estatuto da pessoa com deficiência, ao qual se destina a assegurar e promover o exercício das liberdades fundamentais por pessoas com deficiência e que também considera a libras como meio legal de comunicação; e a mais recente delas a lei nº 14.191/2021 que insere a educação bilíngue de surdos na lei Brasileira de Diretrizes e Bases da educação nacional(LDB Lei 0.394/1996) como modalidade de ensino independente e que tem a língua brasileira de sinais como primeira língua e o português escrito como segunda língua.

Essas conquistas são importantes, pois se efetivadas, causam um impacto positivo para a comunidade surda e para a população ouvinte. No entanto, apesar das leis garantirem direitos educacionais e sociais para pessoas surdas, na prática, esses direitos não são plenamente efetivados ou não são garantidos, resultando em desafios significativos como barreiras de comunicação, preconceito, capacitismo, e dificuldades no acesso à saúde, educação e trabalho. Nesse sentido, o estudo é relevante por destacar e fomentar reflexões sobre uma temática pouco discutida no contexto social e educacional de Uruçuí, promovendo novas análises e respeito, além de possibilidades para a efetivação dos direitos das pessoas surdas.

Portanto esta pesquisa foi pautada nos seguintes objetivos: Compreender a surdez numa perspectiva política, traçar um breve histórico social e educacional relacionado à surdez, conhecer os desafios sociais e sobretudo educacionais enfrentados pelas pessoas surdas na cidade de Uruçuí-PI refletindo a influência da libras na inclusão destas pessoas.

O referido artigo está organizado em sessões que irão descrever a metodologia da pesquisa, conceituar deficiência auditiva e surdez, fazer um breve histórico da pessoa surda na perspectiva social e educacional, discutir os desafios enfrentados pelas pessoas surdas e por fim refletir a importância da língua brasileira de sinais como instrumento de inclusão para as pessoas surdas.

METODOLOGIA

A pesquisa realizada teve como foco a abordagem qualitativa e procedimentos técnicos do tipo pesquisa-ação, na qual é realizada em estreita associação com uma ação ou resolução de um problema coletivo, onde os pesquisadores e participantes da situação problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo GIL (1999). Inicialmente realizou-se um levantamento da população surda da cidade de Uruçuí com o auxílio da Associação de Pais e Amigos Excepcionais (APAE). Como instrumentos de coletas de dados, foram usados questionários semiestruturados através da plataforma google forms, visitas às pessoas surdas e escolas para entrevistas, e a realização de um projeto de extensão intitulado Café com Libras em parceria com o Núcleo de Atendimento Às Pessoas com Necessidade Específicas/NAPNE do Instituto Federal do Piauí/ Campus Uruçuí que visava o ensino básico de Libras para pessoas surdas e a comunidade ouvinte de Uruçuí com o intuito também de levantar dados acerca da influência da libras na inclusão das pessoas surdas.

A análise dos dados bem como as reflexões feitas antes, durante e depois da aplicação dos instrumentos de coleta de dados, tiveram como aporte teórico científico autores como

Carmozine (2012), Gesser (2009), Mantoan (2015), Orrú (2017) Quadros (2004) e Witkoski (2012), que abordam inclusão, Libras e surdez.

A PESSOA SURDA: COMPREENDENDO A DEFICIÊNCIA AUDITIVA E A SURDEZ

Os termos deficiência auditiva, perda auditiva, surdez, surdo-mudo, surdo são termos usados para pessoas com diminuição dos limiares auditivos, alguns deles descritos em documentos, mas comumente usados pelas pessoas e em diversos momentos sem entender direito o significado e até mesmo de forma pejorativa. É de suma importância que os conceitos destes termos sejam conhecidos e esclarecidos para uma melhor compreensão do sujeito surdo, diminuindo assim o preconceito e promovendo equidade e inclusão.

A deficiência auditiva ou deficiente auditivo é um termo médico, ou seja clínico que se refere a perda parcial ou total da audição. Tanto deficiência auditiva quanto surdez são condições que afetam a capacidade de ouvir, mas se diferem em termos de graus e implicações, sendo a surdez uma perda auditiva mais profunda.

Para fins de classificação, a perda auditiva é comumente classificada em graus e tipos: o grau de audição pode variar entre leve a moderada. Audição normal de 0 a 25 dB, perda auditiva leve de 26 a 40 dB, perda auditiva moderada de 41 a 70 dB, perda auditiva severa de 71 a 90 dB e perda auditiva profunda a partir de 90 dB. Perda auditiva condutiva: interferência na transmissão do som desde sua captação, perda auditiva sensorineural: dá-se em caso de impossibilidade de percepção do estímulo por lesão coclear, geralmente relacionado às células ciliadas ou ao nervo auditivo e perda auditiva mista: refere-se à um comprometimento que envolve tanto a perda condutiva quanto uma perda sensorineural, ou seja, há uma alteração na recepção de som, assim como uma lesão coclear.

O termo surdo-mudo é incorreto e capacitista, pois desconsidera a capacidade e potencialidades da pessoa surda, pois a maioria das pessoas surdas, não tem problemas com o aparelho fonador, podendo ser oralizados se assim desejarem, ainda que a sua língua natural seja a Libras. Portanto o termo correto para se referir a alguém que tem perda auditiva ou surdez, é Pessoa surda ou surdo, como a comunidade surda prefere ser classificada.

Segundo o decreto 5.626/2005 que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. Em seu art. 2º o decreto considera a pessoa surda como aquela

que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Como podemos observar no que dispõe o decreto, o termo deficiência auditiva é usado para classificar a patologia, suas classificações de graus e tipos para orientação de intervenções clínicas ou aquisição de direitos, e não para definir a pessoa com surdez. Frequentemente os termos “deficiente auditivo” e “surdo-mudo” são usados para se referir às pessoas surdas, quando se utiliza esse termo estão refletindo uma compreensão equivocada de que a surdez estava diretamente ligada à incapacidade de pensar, falar ou se comunicar.

Este pensamento, muito presente no período da idade antiga, em que surdos eram frequentemente excluídos e marginalizados, muitas vezes eram vistos como subumanos ou sem capacidade, ainda existe atualmente. Essa visão discriminatória prejudica as pessoas surdas, resultando em sua exclusão social e educacional. Fernandes (1989) destaca uma passagem de Vygotsky mencionada em Quadros (2009, p.16) citando a relação possível entre linguagem e pensamento:

Se, por um lado, é possível afirmar que linguagem e pensamento têm origens separadas, por outro lado, é possível admitir em Vygotsky que uma vez que estas forças se combinam começam a exercer entre si uma ação mútua. Assim, à medida que a criança se desenvolve, a linguagem pode servir como impulso para o pensamento. (Fernandes, 1989, p.63 apud Quadros (2009, p.16).

Portanto, as pessoas surdas possuem plena capacidade de comunicação, seja por meio da língua de sinais, da leitura labial, da fala oral ou de outras formas de expressão. Destacando a Língua de sinais como meio eficaz para esta comunicação, por se tratar de uma língua visual-espacial que privilegia as potencialidades das pessoas surdas, considerando que as pessoas surdas têm sua cultura e identidade construída na experiência visual.

Gesser (2009) afirma que há duas formas de conceber a surdez: patologicamente ou culturalmente. Quando a surdez é vista como problema está direcionada à visão patológica. E é algo fortemente discutido e aceito pela maioria. Porque a maioria das pessoas apoia essa ideia de que a surdez é um grande problema e termina privando, ditando e criticando os surdos.

De forma mais recente, a surdez vem sendo discutida de forma mais cultural do que patológica, dando enfoque à diversidade e à riqueza da experiência surda. Essa perspectiva reconhecida como surdez cultural, reconhece a surdez não apenas como uma deficiência auditiva, mas como uma identidade cultural distinta, com sua própria língua, valores e tradições.

Nessa visão da surdez cultural, a língua de sinais desempenha um papel fundamental. E a língua de sinais é utilizada pela comunidade surda para se comunicar. Essa língua tem gramática e estrutura próprias e são importantes para a expressão cultural e social dos surdos. Ao adotar uma abordagem mais cultural, as pessoas passam a valorizar e respeitar a diversidade linguística e cultural da comunidade surda. Levando uma maior inclusão, respeito e entendimento mútuo entre surdos e ouvintes.

Gladis Perlin (2005), investigadora surda brasileira, cita algumas das várias identidades comuns entre o povo surdo (aqui, entende-se “povo surdo” como um conceito lato e abrangente: a população total de surdos, sejam usuários de línguas gestuais, sejam oralizados, sejam participantes ou não das comunidades surdas). A comunidade surda é um termo que se refere ao conjunto de pessoas ouvintes e surdas que atuam politicamente na defesa dos direitos dos surdos, no enfrentamento do preconceito e da discriminação.

A cultura surda é o jeito de o surdo entender o mundo e de modificá-lo, a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-os com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. (Strobel, 2008).

É possível ver a comunidade surda de forma plural, pois a posição que o sujeito surdo assume do seu grupo cultural é que define a sua identidade, essa definição está relacionada com as experiências, conhecimento e identificação de cada indivíduo surdo. Perlin (2008) dividiu as Identidade Surdas em sete categorias de classificação, são elas:

- a) Identidade Surda ou Política: São surdos que optam por estar junto a outros surdos, não aceitam ser oralizados, bem como não têm interesse no método. Frequentam associações, que se veem inseridos na comunidade surda e que consomem conteúdos audiovisuais que tenham intérpretes/tradutores de LIBRAS e *Closed Caption* (CC - legenda oculta);
- b) Identidades Surdas Flutuantes: esses surdos não têm contato com a comunidade surda, seguem a cultura ouvinte/identidade de ouvintes, buscam a oralidade, não se identificam como surdos e utilizam a tecnologia da reabilitação;
- c) Identidades Surdas Híbridas: são os surdos que nasceram ouvintes e, por algum motivo ou doença, ficaram sem audição. Usam a língua oral ou língua de sinais, aceitam-se como surdos, a escrita segue a estrutura da Libras, usam tecnologia diferenciada;

- d) **Identities Surdas Embaçadas:** é a representação estereotipada da surdez ou desconhecimento da surdez como questão cultural. Não usam a língua de sinais, não conseguem compreender a fala, são tratados como deficientes, muitos são ‘aprisionados’ pela família e há um desconhecimento da cultura surda;
- e) **Identities Surdas de Transição:** esses surdos viveram em ambientes onde se afastaram da comunidade surda, ficaram sem contato com os demais. Vivem essa transição de uma identidade ouvinte para uma surda, há uma ‘des-ouvintização’. É a transição da comunicação visual/oral para a visual/sinalizada;
- f) **Identities Surdas de Diáspora:** divergem das identidades de transição, que passam de um estado para o outro, de um grupo surdo para outro. São surdos que vivem a mudança de um País para outro, de um Estado para o outro;
- g) **Identities Surdas Intermediárias:** apresentam surdez leve à moderada, valorizam o uso do aparelho auditivo, procuram treinamentos de fala e não aceitam intérpretes. Buscam a tecnologia para treinos de fala, não aceitam intérpretes da língua de sinais, identificam-se com os ouvintes e não participam da comunidade surda.

Portanto, é importante compreender e respeitar a perspectiva da comunidade surda em relação à sua identidade e à surdez. Muitas pessoas surdas não encaram a surdez como diferença, mas como uma diferença natural e como parte integrante de sua identidade. Ao invés de buscar “cura” para surdez, é importante enfatizar a inclusão, do respeito e as diferenças e valorização da comunidade surda, promovendo ambientes inclusivos, acessíveis e que reconheçam e valorizem a língua de sinais e a cultura surda. A partir do momento que compreendemos a surdez sob essas perspectivas, estamos contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e que celebra a diversidade.

MARCOS HISTÓRICOS PARA A PESSOA SURDA NA PERSPECTIVA SOCIAL E EDUCACIONAL

Antigamente as pessoas com deficiência eram frequentemente excluídas e marginalizadas, muitas vezes eram vistos como subumanos ou sem capacidade. No caso das pessoas surdas, por não conseguirem ouvir e conseqüentemente não aprenderem a falar, na época, as pessoas os consideravam incapazes, pois associava a fala ao pensamento, a inteligência, e por não falarem eram tidos como inúteis e não mereciam conviver em sociedade, e muitos eram abandonados socialmente.

De acordo com a história, a situação dos surdos só começou a mudar depois da idade média, quando surgiram as pesquisas sobre a surdez e a igreja começou a se preocupar com a caridade e passou a acolher as pessoas surdas com o objetivo de catequização e questões de ordem filosófica. No início do século XVI, teve início a educação para pessoas surdas pelo monge Pedro Ponce de León, que segundo relatos históricos foi o fundador da escola para surdos em um Mosteiro de San Salvador, dando aulas com a finalidade de fazê-los falar e usar a leitura labial.

No século XVIII, o francês Charles-Michel de L'Épée criou a primeira instituição educacional para surdos na França, um marco histórico para educação de surdos. Depois, por volta de 1760, se registrou como a primeira escola para surdos do mundo. Com o trabalho na instituição Charles-Michel de L'Épée divulgou que a comunidade surda na capital da França fazia uso de uma língua gestual, onde aplicou esse método de comunicação em seu projeto com o objetivo de ensinar a pessoa surda a aprender a se comunicar.

A partir desses marcos, podemos observar que a educação de surdos, sobretudo o olhar para pessoas surdas, começaram a ganhar dimensões mais importantes, influenciando a história dos surdos no Brasil.

A história da educação de surdos no Brasil iniciou-se com a criação do Instituto de Surdos-Mudos, hoje atual Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, fundado em 26 de setembro de 1857, pelo professor surdo francês E. Huet, que veio Brasil a convite do Imperador D. Pedro II para trabalhar na educação dos surdos. No início, os surdos eram educados pela linguagem escrita e falada, era proibido comunicar pela Língua de Sinais, os alunos eram rigorosamente punidos pelos professores quando pegos falando por sinais.

Nesta mesma época a comunicação pela Língua de Sinais não era permitido, era obrigatório os alunos colocarem as mãos para trás a fim que não pudesse sinalizar, porque os alunos sofreram muitas agressões verbais quando eram flagrados sinalizando. A escola especial era caracterizada pela oralização, mostravam claramente a situação das pessoas surdas porque eram considerados como sujeitos deficientes, defeituosos, que precisavam ser corrigidos quando falavam. Desta forma, a oralização ocupava o tempo todo no decorrer da educação, utilizando na aprendizagem da fala e da leitura labial, muitos alunos tinham dificuldade na fala as vezes não era possível ser compreendido, tinham que fazer acompanhamento ao fonoaudiólogo.

Quando foi permitido o uso da Língua de Sinais tiveram outras barreiras na trajetória escolar, a falta da formação continuada dos professores para assumir uma sala de aula inclusiva,

difficuldade na interação com os alunos ouvintes, a falta de intérpretes na escola, falta de comunicação entre os professores e alunos e a falta de apoio pedagógico.

Deste modo, através de lutas e reivindicações, a comunidade surda vem conquistando espaço e direitos para uma efetiva inclusão. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a igualdade de condições no acesso e permanência à educação e valorização humana, fundamentos da educação inclusiva. As lutas por políticas educacionais e os debates na perspectiva da educação inclusiva se fortaleceram, especialmente em 1994, com a proclamação da Declaração de Salamanca, definindo políticas, princípios e práticas da Educação Especial. A política nacional de educação especial condicionou o acesso ao ensino regular. A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 reconhece a importância deste aspecto para a inclusão ao atribuir às redes de ensino o dever de assegurar currículo, métodos, recursos e organização para atender às necessidades dos alunos.

Dentre as conquistas para as pessoas surdas, podemos destacar:

1. **Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002:** Conhecida como lei de Libras, reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e outros recursos de expressão a ela associados, orientando o seu uso e a difusão pelo poder público.
2. **Decreto 5.626/2005:** Regulamenta a lei de Libras e garante às pessoas surdas o direito à educação inclusiva com adequações necessárias para o acesso à comunicação, à informação, à educação e à saúde. Orienta que Libras deve ser ministrada como uma disciplina obrigatória em todos os cursos de licenciatura do ensino superior, bem como no curso de fonoaudiologia. A Libras deverá ser difundida em todos os níveis escolares, bem como em órgãos e departamentos de empresas públicas e particulares. O decreto também cria cursos superiores de Letras-Libras, oportunizando uma formação superior para os interessados, e cursos de formação para tradutores/intérpretes de Libras a nível superior.
3. **Lei nº 12.319/2010:** Regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de Libras.
4. **Lei nº 13.146/2015:** Conhecida como Lei Brasileira de Inclusão ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, assegura e promove o exercício das liberdades fundamentais por pessoas com deficiência e também considera a Libras como meio legal de comunicação.
5. **Lei nº 14.191/2021:** Insere a educação bilíngue de surdos na Lei Brasileira de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº 9.394/1996) como modalidade de ensino independente, tendo a Língua Brasileira de Sinais como primeira língua e o português escrito como segunda língua.

Através dos estudos bibliográficos e das observações feitas durante essa pesquisa foi possível constatar que, apesar das leis garantirem direitos educacionais e sociais para pessoas surdas, na prática, esses direitos não são plenamente efetivados.

DESAFIOS DA PESSOA SURDA: REFLEXÕES A PARTIR DE UMA PESQUISA REALIZADA NA COMUNIDADE SURDA DE URUÇUÍ – PI

A pesquisa realizada teve como foco a abordagem qualitativa e procedimentos técnicos do tipo pesquisa-ação, na qual é realizada em estreita associação com uma ação ou resolução de um problema coletivo, onde os pesquisadores e participantes da situação problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo GIL(1999).

Como instrumentos de coletas de dados, foram usados questionários semiestruturados através da plataforma googleform, visitas às pessoas surdas e escolas para entrevistas. Os resultados desta pesquisa contribuíram para aprofundar as discussões sobre os desafios da inclusão e da diversidade, suscitando reflexões acerca da aplicabilidade das leis no contexto da cidade de Uruçuí-PI, que mesmo com as leis vigentes, os direitos das pessoas surdas não são garantidos de forma plena, resultando em desafios significativos como barreiras de comunicação, preconceito, capacitismo, e dificuldades no acesso à saúde, educação e trabalho.

A pesquisa foi realizada na cidade de Uruçuí-PI com pessoas surdas, seus familiares e escolas. Inicialmente houve um mapeamento das pessoas surdas, com o auxílio da Associação de pais e amigos excepcionais- APAE, na qual foram identificadas onze pessoas surdas. Em conversas com a Coordenadora Pedagógica da APAE, durante o processo de mapeamento, foi possível constatar que alguns dos surdos não conheciam a libras ou nunca tiveram acesso ao seu ensino. Desta forma, para que fosse possível fundamentar as reflexões e obter dados acerca da importância da libras para inclusão das pessoas surdas e a superação dos desafios cotidianos, foi realizado um projeto de extensão intitulado Café com Libras em parceria com o Núcleo de Atendimento Às Pessoas com Necessidade Específicas/NAPNE do Instituto Federal do Piauí/ Campus Uruçuí que visava o ensino básico de Libras para pessoas surdas e a comunidade ouvinte de Uruçuí.

Participaram da pesquisa, pessoas surdas, familiares e amigos de pessoas surdas e professores das instituições escolares de Uruçuí do ensino fundamental, médio e superior. Os questionários foram respondidos por seis pessoas surdas, que tinham entre 15 e 35 anos; oito

professores ouvintes que tinham entre 28 e 35 anos e trinta e sete pessoas ouvintes, incluindo familiares e amigos de pessoas surdas, que tinham entre 18 e 65 anos de idade.

Embora o público-alvo desta pesquisa sejam as pessoas surdas, consideramos relevante coletar informações também de professores, familiares e amigos, visto que são pessoas que podem influenciar direta ou indiretamente nas aprendizagens, inclusão, enfrentamento dos desafios ou superação deles. Como destaca Orrú (2017)

A aprendizagem não é algo formalmente organizada, mas sim constituída por vivências, por processos promovidos com a presença de um outro (o professor, o colega, o familiar, o amigo, o desconhecido...) e também conosco mesmos, sem a presença física de outrem. (Orrú, 2017, p.65)

Adentrar o universo da pesquisa e coletar as informações foi desafiador, principalmente com os surdos. Alguns deles, não são oralizados, não sabem português escrito e não se comunicam através da Libras. Mediante essa barreira de comunicação foi necessário modificar o questionário, apresentando as perguntas através de imagens, tornando-o mais acessível de ser compreendido por eles e facilitando a comunicação.

É importante destacar que, a dimensão qualitativa desta pesquisa se revela na forma como foram coletados estes dados e informações, a partir de uma aproximação com os sujeitos, no espaço onde atuam como educandos ou educadores, em suas comunidades e residências, para os quais pretende-se dar um retorno das primeiras conclusões, e com os quais poderá continuar as reflexões sobre o tema, a partir da própria prática que vivenciam ou através de projetos.

Apesar da diversidade em relação às especificidades nas respostas de cada sujeito da pesquisa, eles trazem um traço em comum, que é a dificuldade na inclusão das pessoas surdas, nos aspectos sociais e educacionais. Essa dificuldade se justifica pela ausência de conhecimento, conhecimento das diferenças, do outro e das suas necessidades. Incluir requer saberes, não basta apenas aceitar, reconhecer as diferenças. Por toda sua complexidade e problemática fundamental, inclusão não é para quem se acomoda em zonas de conforto, como afirma Orrú (2017), e sim para sobrevivente, quem sobrevive a situações extremas, mas principalmente que sobrevive a um “outro” (*grifo da autora*).

Por isso a inclusão não se contenta em acontecer pelo simples estar do excluído no espaço comum de todos. Em outras palavras, não existe meia inclusão[...]. A inclusão é um conjunto de ideias e de ações que se combinam e produzem a materialização do ato consumado sem exceções, discriminação ou esquivos. (Orrú, 2017, p. 69)

O desafio na inclusão das pessoas surdas na cidade de Uruçuí/PI se evidenciou com os resultados da pesquisa. Ao responderem sobre os desafios enfrentados, enquanto pessoas surdas, os seguintes desafios foram elencados: Falta de comunicação com outras pessoas; pouca

ou nenhuma oportunidade de emprego; Dificuldade no atendimento à saúde; Dificuldade de aprendizagem; falta de apoio escolar; preconceito quanto a surdez e as capacidades e habilidades, evidenciando o capacitismo.

Ao responderem sobre a dificuldade na comunicação com outras pessoas, principalmente com os ouvintes, eles mencionaram o medo que as pessoas demonstram ao encontrar uma pessoa surda, medo de iniciar qualquer tipo de comunicação. Confirmando o exposto, eles argumentam:

“As pessoas têm medo e receio de comunicar comigo, porque tem medo de eu não compreender ou muitas pessoas não tem paciência de explicar quando eu não entendo.”
(Pessoa surda 1)
“os ouvintes falam muito rápidos e as vezes não consigo compreender e termina que não sei qual assunto está sendo falado na roda de conversa porque não gosto de ficar perguntando. Então termina que quase não gosto de comunicar com os ouvintes.”
(Pessoa surda 1)

Familiares, amigos e professores, confirmam a percepção das pessoas surdas em relação a este medo de se comunicar. Os motivos elencados por eles são de que se sentem angustiados por não saber se serão compreendidos, por não saber Libras e não conseguir interagir de outras formas, por vezes evitam os surdos.

Em relação ao desafio de pouca ou nenhuma oportunidade de emprego, o que se observou com as falas dos entrevistados e as respostas nos questionários, vai muito de encontro com o capacitismo, que é o preconceito ou a discriminação contra pessoas com deficiência. A prática do capacitismo se apresenta na forma de infantilização, tratando como incapazes as pessoas que possuem alguma deficiência e criando barreiras físicas ou atitudinais que as impedem de exercer alguma atividade de forma independente; assim como pela falta de acessibilidade e vagas no mercado de trabalho e na educação. Nesse caso, tanto os ouvintes como os surdos que responderam à pesquisa, concordam que os surdos têm plena capacidade de realizar com êxito qualquer atividade que se propuserem, se assim tiverem seus direitos garantidos e oportunizados de acordo com suas necessidades específicas, mas afirmam que há sim um preconceito quanto às capacidades e habilidades das pessoas surdas, achando que não dariam conta do trabalho por não ouvirem.

O mesmo acontece quando as pessoas surdas precisam acessar serviços básicos, como a saúde, por exemplo. Não conseguem ser compreendidos, pois não há nos serviços de saúde profissionais capacitados para atendê-los, ficam na tentativa de comunicar o que estão sentindo, e muitas vezes saem com suas necessidades mal solucionadas. Há casos em que os profissionais não aceitam nem iniciar o atendimento se a pessoa surda não for acompanhada de um familiar ouvinte. Como podemos observar com as falas de alguns familiares:

“Sempre quem fica com eles sou eu e tudo sou eu que resolvo e muitas pessoas não quer saber.” (Familiar 1)

“Na saúde e dizer o quê ela sente, aonde e a dor.” (Familiar 2)

“De encontrar alguém que entenda o que o surdo e mudo queria dizer então sempre precisava de alguém da família pra interpretar para resolver o problema.” (Familiar 3)

“Eu fiquei indignado quando fui pedir ajuda na prefeitura e eles não se enquadram. Eu achava que pra eles seria mais fácil.” (Familiar 4)

Com esses relatos, nos questionamos o que falta para a aplicabilidade das leis, para a execução das ações que as leis e decretos orientam, pois é visível a exclusão das pessoas surdas que não tem seus direitos garantidos nesse contexto, mesmo após vinte e dois anos da Lei 10.436/2002 que reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão, dezenove anos do decreto 5.626/2005 que regulamenta esta lei e dispõe de orientações para o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais para o acesso e inclusão nos diversos segmentos da sociedade.

Quando perguntados como se identificam em relação à surdez, 3 identificam-se como pessoa surda, dois como deficiência auditiva e um como uma pessoa com perda auditiva, dois destes são oralizados. Essa identificação, relaciona-se quanto a visão da surdez e delas mesmas nesse contexto. É necessário compreender e respeitar as diferentes identidades surdas, respeitando o direito de escolha do posicionamento que considere melhor. Porém é importante oportunizar o conhecimento relacionado à surdez, os direitos e o contato com a comunidade surda, a fim de que elas possam usufruir de formas de vida e tecnologias que facilitem a sua autonomia, comunicação e construção de uma visão crítica para reivindicar seus direitos. Nesta perspectiva, foi possível observar que as três pessoas que se consideram surdas, compreendem a surdez como uma característica e não como um problema limitante, interessam-se pela língua de sinais, são conscientes dos seus direitos, e apesar de enfrentarem muitos desafios, conseguem ter uma autonomia funcional e comunicação mais efetiva, enquanto os que se consideram “deficientes”, não têm consciência das suas potencialidades, depende a maior parte do tempo de algum familiar e tem a comunicação muito prejudicada, já o que se considera apenas com perda auditiva, pois tem parte da audição preservada, relata que tenta se encaixar e repetir a cultura dos ouvintes, “é difícil em alguns momentos, mas vai dando certo” (pessoa surda 2).

As identidades surdas só podem ser construídas na relação surdo/surdo, isto é, coexistem numa situação de dependência, de necessidade obrigatória do outro surdo para identificar-se a si próprio como surdo. (PERLIN (1998) apud WITKOSKI, 2012, P.41).

Portanto necessário no contexto da cidade de Uruçuí que se discuta mais as questões da surdez, construção de uma comunidade surda, visando uma visibilidade, a fim de despertar e preparar a sociedade local para uma efetiva inclusão das pessoas surdas.

Sobre a aprendizagem e apoio escolar, a pesquisa confirmou que há muito o que melhorar no contexto onde reside os participantes, em relação à inclusão escolar das pessoas surdas. Das seis pessoas surdas, participantes desta pesquisa, duas concluíram o ensino médio, uma cursou só até o ensino fundamental, uma está cursando o ensino fundamental e duas estão cursando o ensino superior, nos cursos de Biologia e matemática.

Embora todas as pessoas surdas tenham tido acesso a algum tipo de instituição educacional, seja frequentando escola regular, APAE ou os dois simultaneamente, há defasagem na aprendizagem destes sujeitos. Dois deles, estão cursando o ensino superior e alfabetizados na língua portuguesa, porque perderam a audição após linguagem, ou seja surdez adquirida, os demais têm surdez congênita, nasceram surdos, foram ou são apenas integrados a educação, a sala regular, não inclusos efetivamente, pois concluíram o ensino médio sem serem alfabetizados no português escritos, não sabem ler, escrever, apenas foram passando de ano sem terem suas necessidades educacionais atendidas, o que cursou até o ensino fundamental aprendeu a ler e escrever em casa com os irmãos ouvintes, pois a escola relatava que não tinha preparo para esse “tipo de aluno”, como relatou a mãe de um deles. Segundo Mantoan (2015)

O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que foi anteriormente excluído. O mote da inclusão, ao contrário, é o de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades específicas de todos os alunos, estruturado em função dessas necessidades. (MANTOAN, 2025, p.28)

Portanto o que ocorreu com essas pessoas surdas foi apenas uma integração ao ambiente escolar regular, e não uma inclusão de fato, pois como cita a autora, a inclusão requer equidade, adaptação às necessidades específicas de cada aluno com o objetivo final de aprendizagem, sendo necessário mudanças, adequações e formações específicas para a inclusão das pessoas surdas. Um cenário de exclusão ainda perpetuado nas salas regulares de ensino.

O desafio relacionado à inclusão escolar, se evidenciou na escuta e leitura das entrevistas e questionários respondidos por professores. Dos oito professores, três possuem formação em pedagogia, três têm formação em Ciências Biológicas e 2 em Letras, e têm especialização ou mestrado nas suas respectivas áreas. Um dos professores é graduado em pedagogia e tem vinte anos de experiência na área. Os demais possuem experiência variada entre seis e onze anos na área. Na área de letras, possuem vinte anos de experiência e um possui um ano de experiência. E dos professores que responderam o questionário, apenas uma

professora tem especialização na área da inclusão. Todos eles em algum momento da carreira docente tiveram alunos surdos ou com outra necessidade específica.

Como observado nos relatos, apenas uma professora desse grupo pesquisado, relata ter participado de formações em serviço na área da inclusão ou procurado por interesses próprios formações continuadas para a inclusão. Os demais não tiveram formação inicial ou se tiveram foi algo muito superficial, da mesma forma as formações continuadas oferecidas pelas instituições, que chegaram participar de algumas, mas não aprofundaram o conhecimento. Todos relataram desafios na comunicação com os alunos surdos em sala de aula devido a falta de uma formação continuada ou pelo fato de não saberem a Língua Brasileira de Sinais- Libras e demonstraram interesse em incluir os alunos surdos, mas não tiveram iniciativa própria ao longo da carreira docente para efetivação dessa inclusão.

Essa realidade de falta de preparo dos profissionais da educação para uma efetiva inclusão, se evidencia também nos relatos dos próprios surdos. Com as visitas nas casas dos surdos que não sabem o português, não sabem Libras e não são oralizados, percebe-se o quanto foi difícil sua trajetória escolar devido à falta de apoio, esses alunos se sentiam excluídos das aulas porque não era possível compreender o que estava sendo passado.

“Ao voltar das aulas remotas eu tinham um colega que sempre me ajudou em sala, mas por motivos maiores ele teve que trancar o curso. Mediante a sua desistência foi desafiador porque não gostava de perguntar os colegas. Então terminava fazendo o que estava vendo os colegas fazer.” (Pessoa surda 1)



Imagem escolhida pelas pessoas surdas para demonstrar como se sentiam durante as aulas. (Questionário)
(fonte: google imagens)

Não tinham apoio pedagógico qualificado para as suas demandas e nem mesmo a presença de um Tradutor e Intérprete de Libras. Novamente nos deparamos com os direitos já conquistados pela comunidade surda, que são as leis, não sendo efetivados na prática. Para fins de inclusão da pessoa surda no ambiente educacional o Decreto 5.626/2005 orienta diversas ações, entre elas:

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até a superior.

§ 1º Para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso previsto no **caput**, as instituições federais de ensino devem:

I - Promover cursos de formação de professores para:

- a) o ensino e uso da Libras;
- b) a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa; e
- c) o ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas;

II - Ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da Libras e da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos;

III - prover as escolas com:

- a) professor de Libras ou instrutor de Libras;
- b) tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa;
- c) professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas;
- d) professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade linguística manifestada pelos alunos surdos;

IV - Garantir o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos, desde a educação infantil, nas salas de aula e, também, em salas de recursos, em turno contrário ao da escolarização;

V - Apoiar, na comunidade escolar, o uso e a difusão de Libras entre professores, alunos, funcionários, direção da escola e familiares, inclusive por meio da oferta de cursos;

VI - Adotar mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade linguística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa;

VII - desenvolver e adotar mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em Libras, desde que devidamente registrados em vídeo ou em outros meios eletrônicos e tecnológicos;

VIII - disponibilizar equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva.

Mediante os desafios relatados pelas pessoas surdas, que estão todos direta ou indiretamente ligadas a barreiras de comunicação, percebe-se a importância da Libras para a inclusão destas pessoas. Além de promover uma inclusão efetiva nas escolas, sociedade e no dia a dia, fica evidente que a comunicação seria diferente se todos soubessem se comunicar através da Libras. Vale ressaltar o quanto seria importante a inserção da Libras como disciplina nas escolas em todos os níveis de ensino.

LIBRAS COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO

A Língua Brasileira de Sinais-Libras é uma língua de natureza visual-motora, com sistema gramatical próprio, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideais e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. É uma língua já reconhecida no Brasil pela Lei nº 10.436/2002 e regulamentada pelo decreto nº 5.626/2000.

As línguas de sinais são consideradas pela linguística como línguas naturais, sistema linguístico legítimo e não como um problema do surdo ou como uma patologia da linguagem. Stokoe, em 1960, percebeu e comprovou que a língua dos sinais atendia a todos os critérios linguísticos de uma língua genuína. (STOKOE (1996) apud QUADROS (2004, p.30)

Embora já regulamentada e exigida sua difusão pelo decreto, foi possível constatar que ela não está muito presente no contexto do locus da pesquisa, visto que tanto as pessoas surdas, familiares, amigos e professores relataram não saber se comunicar em libras, nem mesmo o básico.

Diante do exposto e para subsidiar as reflexões desta pesquisa, foi desenvolvido projeto de extensão intitulado Café com Libras que visava o ensino básico de Libras para pessoas surdas e a comunidade ouvinte, com a colaboração também de discentes dos cursos de licenciatura em Matemática e Ciências Biológicas do IFPI. Muitos desafios foram encontrados durante a execução do projeto, sobretudo a participação da comunidade, surdos e seus familiares. Durante as observações e conversas com os familiares, foi possível constatar a falta de consciência em relação à importância da Libras e o medo que algumas famílias tinham de que seus filhos surdos pudessem perder os benefícios financeiros, ou não se sentissem seguros em deixar seus filhos

já adultos saírem sozinhos quando não podiam acompanhá-los, diante disso tivemos pouca participação das pessoas surdas durante o projeto.

Mesmo encontrando esses desafios possível suscitar reflexões a partir do projeto, como a Libras trouxe um novo olhar para as questões da surdez, quebra de preconceitos, despertou o interesse por aprofundamento da Língua de sinais, consciência das suas capacidades, melhoria da comunicação e autonomia das pessoas surdas e ouvintes que participaram. Foi possível refletir também que por falta de um recurso de comunicação, falta de uma língua própria, algumas pessoas surdas ficam vulneráveis, dependendo de familiares e muitas vezes desacreditados de suas capacidades, sem oportunidade de emprego, sendo impedidos de vivenciar uma vida com mais dignidade.

O que pudemos notar que as pessoas surdas que a família ou o contexto escolar encarou a surdez como característica, que sim possui muitos desafios, mas não define as capacidades, e que tem conhecimento da libras em algum grau ou mesmo língua de sinais caseiras (gestos criados pelos surdos para comunicar-se em casa) essas pessoas têm mais autonomia, consciência dos seus direitos, senso crítico. Já os que tiveram outros tipos de experiências familiares e educacionais, que encaravam a surdez como problema, fator limitante para desenvolvimento de capacidades, que não tiveram oportunidade do aprendizado da libras são mais dependentes, mais isolados, com mais dificuldade na comunicação.

Ficou evidente que a Libras pode sim contribuir com a efetivação da inclusão tanto para construção da identidade surda, contexto escolar e social, a partir das respostas e falas durante o projeto e as entrevistas, quando os participantes associaram o desafio em incluir os alunos surdos por não saberem Libras, acreditando que o caminho para a inclusão das pessoas surdas.

“Não consigo me comunicar de forma que facilite a compreensão da aluna nos conteúdos ministrados.” (Professor 1)

“Tenho dificuldade para avaliar alunos surdos, justamente por não ter domínio da libras e dificultar assim a comunicação entre mim e a aluna.” (Professor 2)

“O maior desafio é a comunicação, do qual ainda não foi superada totalmente, pois preciso do auxílio da intérprete para mediar essa comunicação.” (Professor 3)

A diminuição dessa barreira de comunicação se evidencia com a presença do Tradutor de intérprete de Libras em uma das salas de aula de uma das pessoas surdas pesquisadas. Profissional de grande relevância para o acesso à comunicação e informação das pessoas surdas, mas vale ressaltar a importância da formação dos profissionais tradutores e intérpretes, garantindo uma fluência e domínio pleno da libras para evitar traduções literais ou português sinalizado, assim como possuir pleno domínio da língua portuguesa. (CARMOZINE, 2012,

p.64). De fato, o Tradutor de intérprete de Libras pode contribuir significativamente para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos surdos, como podemos conferir no relato abaixo:

“era difícil de compreender as explicações. Principalmente quando os professores usava máscara porque não tinha como fazer leitura labial. Mas depois tive acompanhamento a intérprete em sala de aula a qual foi de suma importância a sua chegada no campus. Meu desenvolvimento em sala foi outro.”

É necessário desmistificar a ideia de que o intérprete de libras é o suficiente para a efetivação da inclusão, sobretudo escolar, é sim uma das partes que compõe a inclusão, mas o seu papel é de mediar a comunicação, aspectos pedagógicos e relacionamento professor/aluno são aspectos essenciais para efetiva aprendizagem, aspecto esse que deve ser de responsabilidade dos professores, que por não ter formação e base da libras, acabam dependendo totalmente do intérprete, e mesmo sem intenção excluindo o aluno de interações e aspectos importantes na relação professor/aluno.

“Eu tive uma aluna surda oralizada na graduação IFPI, ver ela apresentando um seminário para toda a turma foi um avanço. No momento eu tenho duas alunas surdas não oralizadas no ensino médio, e ainda não consegui avaliar o progresso delas. Mas vejo que uma delas tem uma boa relação com o intérprete e ela faz algumas perguntas durante a aula.” (Professor 1)

“Muitos professores encontraram grandes desafios em trabalhar com esses alunos surdos em sala de aula, principalmente pela falta de apoio do intérprete em sala de aula. Pois, sabemos que é de grande importância a escola promover essa inclusão em sala de aula, mas ainda existem essa grande barreira na comunicação entre os alunos surdos e professores:” (professor 4)

“O meu maior desafio é com as alunas não oralizadas. Dar aula para elas sem intérprete acaba com o meu dia, pois eu sinto que não irei alcançá-las.” (Professor 1)

“O maior desafio é a comunicação, do qual ainda não foi superada totalmente, pois preciso do auxílio da intérprete para mediar essa comunicação.” (Professor 3)

Nas falas acima, fica evidente que a formação continuada dos professores para atuarem em salas inclusivas é um passo importante, mas sabemos que a inclusão efetiva requer não apenas a presença da escola, mas também ambientes e práticas educacionais que sejam inclusivas e acessíveis. É crucial continuar trabalhando para garantir que as leis sejam efetivamente cumpridas e que haja compromisso real com inclusão e a igualdade de oportunidade para os estudantes.

A lei garante esse direito a todos que devem ter acesso à educação, mas encontra desafios nessa implementação dessas políticas. Mesmo sabendo dos direitos que as pessoas surdas têm para manter acesso à escola, as escolas ainda negam esse direito. Muitos negam a presença do intérprete pelo fato dos alunos não saberem libras, mas termina esquecendo que mediante a presença deles em sala começa o desenvolvimento dos alunos na libras. Ninguém nasce sabendo é necessário todo um processo de aprendizagem, assim como aprendemos a oralização é importante aprendemos a se comunicar com as mãos. Antigamente a comunicação em Libras era proibida em sala de aula e os surdos eram incentivados a se comunicar apenas oralmente, enfrentando muitas dificuldades para compreender o conteúdo e participar ativamente das atividades escolares. É uma realidade que deixou marcas profundas e, infelizmente, ainda enfrentamos desafios significativos em relação à inclusão e ao acesso à comunicação em Libras nas escolas.

Por isso, é importante que as escolas reconheçam a importância da presença de intérpretes de Libras e de profissionais capacitados para atuar em salas inclusivas. A garantia do acesso à comunicação é essencial para que os estudantes surdos possam participar plenamente do ambiente escolar, compreender os conteúdos e interagir com seus colegas e professores de forma efetiva. A conscientização sobre a importância da inclusão e do respeito à língua e cultura é fundamental para superar esses desafios e promover um ambiente totalmente inclusivo.

É importante a parceria entre o professor regular e o intérprete de Libras para garantir um ambiente de aprendizado efetivamente inclusivo para os alunos surdos. A colaboração entre esses profissionais pode facilitar a adaptação do conteúdo e a implementação de recursos visuais durante as aulas, que é fundamental para manter o acesso à informação e a compreensão por parte dos alunos surdos.

Para Carmozine (2012) é essencial que os professores repassam os conteúdos para o intérprete para ele poder compreender os conteúdos que serão administrados em sala. Assim poderão estudar a sinalização também, muita das vezes tem muitos sinais de que não é possível ser compreendido em sala.

Com comunicação efetiva entre professor e intérprete é crucial que juntos possam identificar as melhores estratégias para transmitir o conteúdo de forma acessível aos alunos surdos. Além disso, a presença de recursos visuais e a adaptação do conteúdo podem beneficiar não apenas os alunos surdos, mas também os alunos ouvintes que se beneficiam de diferentes formas de aprendizado. Essa parceria também contribuirá para um ambiente escolar inclusivo

para atender as necessidades individuais dos alunos surdos, proporcionando-lhes uma experiência educacional mais rica e eficaz.

A língua de sinais é uma forma de comunicação utilizada pela comunidade surda são ricas e complexas quanto a língua falada, e é fundamental que seja respeitada e valorizada. É importante que a sociedade aprenda a se comunicar de forma inclusiva, seja por meio da língua de sinais, da leitura labial, da escrita ou de outras formas de comunicação, é essencial para promover a inclusão e o respeito. Mas pela falta de conhecimento e pela insegurança gera medo na comunicação com as pessoas surdas, mas é essencial que as pessoas superem esses obstáculos e busque compreender mais a surdez e as formas de interação com a comunidade surda.

Sendo assim, as pessoas com perda auditiva severa a profunda buscam promover a aceitação e compreensão, mas ainda existe pessoa que se recusa a buscar aceitação. Isso envolve a luta pelos direitos, a valorização da língua de sinais (Libras) e o reconhecimento do direito de usar essa língua como meio de comunicação. Ao adotar a Libras como a primeira língua e valorizar o uso dela é uma forma de garantir que as pessoas surdas sejam compreendidas e possam se expressar plenamente. Além disso, promove a inclusão da comunidade surda na sociedade, respeitando as suas diferenças culturais e linguísticas, é essencial para construirmos uma sociedade igualitária e inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação dos surdos tem por finalidade garantir o acesso igualitário à educação e promover o desenvolvimento individual dos surdos, respeitando sua identidade linguística e cultural, promovendo o ensino da Língua de Sinais, permitindo que os surdos se expressem, se comuniquem e compreendam o mundo ao seu redor de forma eficaz. Por isso se faz necessário a inserção da Língua Brasileira de Sinais (Libras) nas escolas e nos demais contextos da sociedade.

Já que nos tempos passados os surdos não tinham direito de se comunicar pela sua própria língua, porque não era aceita nas escolas e na sociedade. Os surdos teriam que aprender a oralizar, com isso os surdos eram privados de manter sua cultura e sua língua. Porque cada aluno tem uma necessidade específica e cabe à escola aceitar e manter seus direitos. Porque é mediante esse contato que se aprende as noções básicas da convivência com essa língua, e com isso levará esses conhecimentos, e aprendizagem para seu convívio na sociedade.

É importante manter essa inclusão desde os anos iniciais na escola, pois é neste período que a criança começa a criar seus primeiros conhecimentos, que servirão como base para sua vida adulta. Sendo que nesse primeiro contato com a sua língua eles terão oportunidade de construção contínua e permanente na vida, assim poderão aprender com mais facilidade. E também cabe às escolas aceitarem e apoiar essa inclusão, disponibilizando apoio em sala de aula para os surdos.

Para que essa inclusão tenha sua finalidade alcançada, as escolas devem contratar intérpretes de libras, professores com formação continuada e manter apoio da gestão escolar. Cabe a esses professores procurarem por diversas metodologias a qual esses alunos possam manter sua participação efetiva em sala de aula, é importante que eles desenvolvam atividades que envolvam o aluno a interagir com ambiente no qual estão inseridos.

Na escola pesquisada, foi possível observar que alguns professores sentem dificuldade para trabalhar de forma inclusiva, mas foi visto que alguns procuram adequá-la em suas metodologias de ensino, através de vídeos legendado, leitura labial, imagens, atividades impressas e apoio de intérprete, porém ainda sente muita insegurança em trabalhar com esses alunos surdos, por isso é esses professores passe mais segurança para seus alunos no momento da interação entre eles.

Com relação à escola a estimular a inclusão em sala de aula, foi visto que as escolas não procuram promover algo voltado para essa temática, percebe-se que muitas escolas não querem ter esses alunos surdos em suas escolas, devido à grande dificuldade enfrentada na hora da comunicação e aprendizagem desses alunos. Por isso muitos surdos não conhecem o português, porque as escolas não mantêm o apoio necessário e igualitário para esses alunos.

Portanto, espera-se que esta pesquisa possa contribuir para toda sociedade, sobretudo no locus desta pesquisa, como maneira de levar conhecimentos sobre a importância que devemos ter com a educação inclusiva e que a inclusão da Libras é fundamental para promover a acessibilidade e a igualdade de oportunidades.

REFERÊNCIAS

CARMOZINE, Michelle M et al. **Surdez e libras**: Conhecimento em suas mãos. São Paulo: Hub Editorial, 2012.

GESSER, Audre, 1971. **LIBRAS?: Que língua é essa?:** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

BRASIL, Lei nº 14.191/2021 **Lei Brasileira de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº 9.394/1996)**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso: 14 abril. 2024.

BRASIL, **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**, Lei da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso: 16 de abril.2024.

BRASI, **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010**, Regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de Libras. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14704.htm. Acesso: 10 de mar.2024.

BRASIL, **Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015**, Lei Brasileira de Inclusão ou Estatuto da Pessoa com Deficiência. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 15 de mar.2024.

BRASIL, **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14191.htm. Acesso em: 20 de mar.2024.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

ORRÚ, Sílvia Ester. **O re-inventar da inclusão**: Os desafios da diferença no processo de ensinar e aprender. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

PERLIN, Gladis. **“Identidades surdas”**. In: SKLIAR, Carlos (org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

QUADROS, Ronice Muller de. **Língua de sinais brasileira**: Estudos linguísticos/Ronice Muller de Quadros e Lorenir Becker Karnopp. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de Surdos**: Aquisição da linguagem/Ronice Muller de Quadros. Porto Alegre: Artmed, 2009.

WITKOSKI, Silvia Andreis. **Educação de surdos, pelos próprios surdos**: Uma questão de direitos. 1.ed. – Curitiba, PR, CRV, 2012.

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) **PARTICIPANTE DE PESQUISA**,

A pesquisadora Tatiele Silva da Silva Orientada pela Professora Esp. Áquila Sales de Souza Lucas e Coorientada pela Professora tradutora e Intérprete de Libras Esp. Natália Noele Nery Silva convidam você a participar da pesquisa intitulada “**Os Desafios enfrentados pelas Pessoas Surdas na cidade de Uruçuí/PI: Libras como Instrumento de Inclusão**”. Para tanto você precisará assinar/assinalar o TCLE que visa assegurar a proteção, a autonomia e o respeito aos participantes de pesquisa em todas as suas dimensões: física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural e/ou espiritual – e que a estruturação, o conteúdo e forma de obtenção dele observam as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos preconizadas pela **Resolução 466/2012 e/ou Resolução 510/2016**, do Conselho Nacional de Saúde e Ministério da Saúde.

Sua decisão de participar neste estudo deve ser voluntária e que ela não resultará em nenhum custo ou ônus financeiro para você (ou para o seu empregador, quando for este o caso) e que você não sofrerá nenhum tipo de prejuízo ou punição caso decida não participar desta pesquisa. Todos os dados e informações fornecidos por você serão tratados de forma anônima/sigilosa, não permitindo a sua identificação.

Objetivo da Pesquisa : Esta pesquisa tem por objetivo conhecer os desafios enfrentados pelas pessoas surdas da cidade de Uruçuí/PI e refletir como a Língua Brasileira de Sinais, conhecida como Libras, desempenha um papel fundamental na inclusão de pessoas surdas na sociedade.

Benefícios ao(à) Participante da Pesquisa: Este formulário tem como objetivo coletar informações sobre a percepção das pessoas surdas e ouvintes, familiares e professores(as) em relação à importância da Libras e os desafios enfrentados pelas pessoas surdas na escola e em outros ambientes. Ao participar desta pesquisa, você contribuirá para conhecer e evidenciar os desafios que a comunidade surda enfrenta e para o entendimento da relevância da Libras na promoção da igualdade e acessibilidade. Suas respostas são valiosas para suscitar reflexões e visibilidade para esta temática, contribuindo para a construção de um ambiente mais inclusivo e acolhedor para a comunidade surda.

Informação de Contato do Responsável Principal e de Demais Membros da Equipe de Pesquisa

Pesquisadora responsável: **Tatiele Silva da Silva**, Discente do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal do Piauí, Campus Uruçuí.

E-mail: tatysilvadasilva95@gmail.com Telefone: **(89) 99472-1406**.

Orientadora: **Áquila Sales de Souza Lucas**, Professora Instituto Federal do Piauí, Campus Uruçuí.

E-mail: aquila.sales@ifpi.edu.br Telefone: **(88) 9 92261986**

Coorientadora: **Natália Noele Nery Silva**, Tradutora e Intérprete de Libras Instituto Federal do Piauí, Campus Uruçuí. E-mail: natalianoele60.ns@gmail.com Telefone: **(86) 9 94714208**

Desde já, agradeço sua participação e o compartilhamento deste formulário com amigos e familiares, a fim de ampliarmos o alcance desta importante discussão sobre os desafios enfrentados pelas pessoas surdas e a inclusão por meio da Libras.

Acessível em Libras: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScvd4hRGPiGAU-XFUDvh-HaE1IIL_J0HPhaipIID9S1A78M4g/viewform?fbzx=-892271644161712978 / <https://youtu.be/WI3-anbrVJQ?si=nkFP4ihNJh68-A02>

APÊNDICE B
QUESTIONÁRIO PESSOA SURDA

1.Sua profissão?(exemplo: estudante, professor, padeiro...)

2. Qual a sua idade?

()Menos de 18 anos

()19 a 24 anos

()25 a 34 anos

()35 a 44 anos

()45 a 54 anos

()55 a 64 anos

()64 ou mais

()Outro:

3.Gênero:

()Feminino

()Masculino

()Outros

4.Você se identifica como uma pessoa...

()Surda

()Deficiente auditivo

()Com Perda auditiva

()Ouvinte

()Outros

5.Se você tem perda auditiva, qual seu grau de surdez?

() Audição normal 0 a 24 dB nível de audição;

() DA leve – Limiares entre 25 a 40 dB nível de audição;

() DA moderada – Limiares entre 41 e 70 dB nível de audição;

() DA severa -Limiares entre 71e 90 dB nível de audição.

() DA profunda – Limiares acima de 90 dB.

() Eu não quero declarar.

6. A surdez/perda auditiva é congênita(desde ou antes nascimento) ou adquirida (no decorrer da vida, pós nascimento)

☐ Congênita

☐ Adquirida

7. A perda auditiva ocorreu antes ou após a linguagem(fala)?

☐ Anterior a linguagem

☐ Após linguagem

8.Você é :

☐ Oralizado

☐ Sinalizante (Libras)

☐ Sinalizante e oralizado

☐ Não oralizado/não sinalizante

9. Você usa algum tipo de prótese auditiva?

☐ Sim

☐ Não

☐ Usei no passado

10.Você estuda?

☐ Sim

☐ Não

11.Em qual nível de ensino você estuda ou estudou?

☐ Educação Infantil

☐ Ensino Fundamental

☐ Ensino Médio

☐ Ensino Superior

☐ Nunca frequentei escola

12.Qual instituição você estuda ou estudou?

☐ Escola Regular

☐ Escola de Apoio (Apae)

☐ Escola Bilíngue para surdos

☐ Escola de Apoio e Regular

☐ Nenhuma das alternativas

13. Você sabe o que é Libras?

☐ Sim

☐ Não

14. Já fez curso de Libras?

☐ Sim

☐ Não

15. Qual o grau de instrução?

☐ Básico

☐ Avançado

☐ Intermediário

☐ Nenhuma das alternativas.

16. Você sabe o que é uma comunidade surda?

☐ Sim

☐ Não

☐ Talvez

17. Na sua cidade tem comunidade surda?

☐ Sim

☐ Não

☐ Talvez

18. Participa ou participou de uma comunidade surda?

☐ Sim

☐ Não

☐ Talvez

19. Seria importante ter uma comunidade surda?

☐ Sim

☐ Não

☐ Talvez

20.Durante sua trajetória na escola teve a presença de profissional intérprete de libras?

() Sim

() Não

() Talvez

21.Se você nunca teve um acompanhamento por intérprete de libras, como era sua comunicação e participação em sala?

22.Sua participação em grupo durante as atividades escolares? Os colegas sempre incluía você ou excluía?

23.Quando você não entendia a explicação do professor, você perguntava ou fazia a mesma coisa que estava vendo o colega fazer?

24.Qual tipo de apoio você teve durante sua jornada escolar?

25.Quais são seus desafios em relação à sociedade e no dia a dia?

26.No mercado de trabalho você se sente acolhido e seguro para trabalhar?

27.Você sofre preconceito? Quais?

28.Na sua opinião, o que a sociedade pode contribuir com pessoas com surdez? (trabalho, escola, sociedade, transporte e entre outros)

29.Em sua opinião, você acha importante inserir libras como matéria nas escolas?

30.Como você se sentiu no projeto café com libras ou em outros projetos do NAPNE envolvendo Libras? (Antes/depois)

31.Você tem algum parente surdo? Quantos?

32.Em sua opinião, você acha importante a formação continuada dos professores para assumir uma sala inclusiva?

33.Quando você está em uma roda de conversa com os ouvintes você se sente incluído na conversa?

34.Você já percebeu alguma vez que um ouvinte não se comunicou com você por medo?

35.Você acharia importante que na sua cidade houvesse mais projetos voltados para comunidade surda?

() Sim

() Não

() Talvez

36.Quais tipos de projetos você acharia importante para ser desenvolvido na comunidade surda?

APÊNDICE C

QUESTIONÁRIO PESSOA SURDA ADAPTADO

1. VOCÊ TRABALHA? QUAL A SUA PROFISSÃO?



PADEIRO



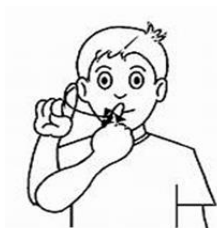
2. QUAL A SUA IDADE?



3. GÊNERO:



4. VOCÊ É UMA PESSOA:



SURDA



OUVINTE



DEFICIÊNCIA AUDITIVA

5. QUAL O GRAU DA SUA PERDA AUDITIVA?



6. VOCÊ USA ALGUM TIPO DE PRÓTESE AUDITIVA?



7. VOCÊ SABE O QUE É UMA COMUNIDADE SURDA?



8. NA SUA CIDADE TEM COMUNIDADE SURDA?



9. PARTICIPA DE UMA COMUNIDADE SURDA?



10. SERIA IMPORTANTE TER UMA COMUNIDADE SURDA?



11.VOCÊ ESTUDA ATUALMENTE?



12. EM QUAL INSTITUIÇÃO ESCOLAR VOCÊ ESTUDA OU ESTUDOU?



13. QUAL NÍVEL DE ENSINO VOCÊ ESTUDA? (RESPONDER COM O APOIO DA FAMÍLIA)

14. SE NÃO ESTUDA, EM QUAL NÍVEL DE ENSINO PAROU DE ESTUDAR?(RESPONDER COM O APOIO DA FAMÍLIA)

15. CONHECE LIBRAS?



16. JÁ FEZ CURSO DE LIBRAS OU JÁ ESTUDOU LIBRAS?



17. QUAL SEU NÍVEL DE APRENDIZADO DA LIBRAS?



POUCO MAIS OU MENOS ME COMUNICO BEM NÃO SEI NADA

18. GOSTARIA DE APRENDER LIBRAS?



19. VOCÊ TEVE INTÉRPRETE DE LIBRAS NA ESCOLA?



20. COMO ERA A COMUNICAÇÃO NA ESCOLA E OS AUXÍLIOS NAS ATIVIDADES?



21. QUAIS DESAFIOS VOCÊ ENFRENTA NO SEU DIA A DIA?



22. O QUE A SOCIEDADE PODE FAZER PARA INCLUSÃO DA PESSOA SURDA?



23. ENSINO DE LIBRAS NA ESCOLA



24. VOCÊ GOSTARIA QUE EXISTISSE PROJETOS QUE INCLUÍSSEM AS PESSOAS SURDAS?



25. COMO SE SENTIU QUANDO PARTICIPOU DO PROJETO CAFÉ COM LIBRAS ?



APÊNDICE D
QUESTIONÁRIO FAMÍLIA/OUTROS

1.Sua profissão?(exemplo: estudante, professor, padeiro...)

2.Qual a sua idade?

☐ Menos de 18 anos

☐ 19 a 24 anos

☐ 25 a 34 anos

☐ 35 a 44 anos

☐ 45 a 54 anos

☐ 55 a 64 anos

☐ 64 ou mais

3.Gênero:

☐ Feminino

☐ Masculino

☐ Outros

4.Você tem algum familiar ou conhecido surdo?

☐ Sim

☐ Não

5.Qual é o seu grau de parentesco com a pessoa surda ?

☐ mãe

☐ Pai

☐ Irmão(a)

Outro:(avó,primo, tio, amigo etc)

6.Você já teve medo de se comunicar com uma pessoa surda? Se sim, por quê?

7.Como é a comunicação com a pessoa surda dentro da família ou na interação com outros?

☐ Libras

☐ Mímicas/objetos

☐ Leitura labial

☐ Escrita

☐ Não há comunicação

8.Quais recursos de apoio você utiliza para lidar com os desafios relacionados à surdez?

9.Você já enfrentou dificuldades para acessar serviços de saúde, educação ou outros devido à surdez da pessoa na sua família/outro convívio?

☐ sim

☐ não

Se sim, cite alguns:

10.Você acha que a falta de acesso a informações importantes é um desafio para a pessoa surda e sua família? Se sim, de que forma?

11.Você acredita que as pessoas surdas podem ter sucesso em diversas profissões? Por que sim ou por que não?

12.Você acha que a sociedade em geral têm uma compreensão adequada das necessidades e capacidades das pessoas surdas? Por que sim ou por que não?

13.Você já testemunhou ou ouviu falar de casos em que as pessoas surdas foram privadas de oportunidades de emprego, educação escolar, saúde, lazer devido à discriminação ou falta de acessibilidade? Comente a situação

14.Quais são algumas maneiras eficazes de promover a inclusão e a igualdade de oportunidades para as pessoas surdas em diferentes ambientes?

15.Você sabe o que é Libras?

☐ sim

☐ não

16.Já fez curso de Libras?

☐ sim

☐ não

17.Se a resposta da pergunta anterior foi sim, qual o grau de instrução?

☐ Básico

☐ Avançado

☐ Intermediário

18.Você gostaria de aprender a se comunicar através da Língua Brasileira de Sinais, a Libras.

☐ sim

☐ não

Justifique a sua resposta para a pergunta anterior, sobre o aprendizado de Libras.

19. Como tem sido sua experiência no projeto Café com Libras?

☐ Excelente

☐ Boa

☐ Regular

☐ Não participo/Participei

20. Como se sente antes e depois do projeto café com Libras?

21. Quais são as suas maiores esperanças ou desejos para o futuro em relação à surdez, as pessoas surdas, você ou sua família?

22. Sobre a resposta da questão anterior, o que você acha que falta para alcançar esses desejos?

23. Você tem mais alguma informação ou experiência que gostaria de compartilhar sobre os desafios enfrentados pela família de pessoas surdas ou no seu convívio com pessoas surdas?

APÊNDICE E
QUESTIONÁRIO PROFESSORES

1.Gênero:

☐Feminino

☐Masculino

☐Outros

2.Qual é a sua formação acadêmica? (Ex: Licenciatura em Educação, Pedagogia, Matemática, etc.)

3.Em que ano você se formou e em que instituição você realizou sua formação inicial?

4.Durante a sua formação inicial, você teve alguma disciplina voltada para Educação Especial inclusiva?

5.Você participou de programas de formação continuada após a conclusão de sua formação inicial? Se sim, quais foram?

6.Algumas das formações continuadas realizadas por você teve como foco a educação Especial inclusiva?

7.Como você mantém-se atualizado sobre as tendências e desenvolvimentos na área da educação?

8.Você conhece a Língua Brasileira de Sinais?

☐Sim

☐Não

9.Já fez curso de Libras?

☐Sim

☐Não

10.Se a resposta for sim, qual o grau de instrução?

☐Básico

☐Avançado

☐Intermediário

☐Nenhuma das alternativas.

11.Você teve a disciplina de Libras na sua formação inicial?

☐Sim

☐Não

12. Você gostaria de aprender a se comunicar através da Língua Brasileira de Sinais, a Libras.

☐ Sim

☐ Não

13. Justifique a sua resposta para a pergunta anterior, sobre o aprendizado de Libras.

14. Como tem sido sua experiência no projeto Café com Libras?

☐ Excelente

☐ Boa

☐ Regular

☐ Não participo/Participei

15. Como se sente antes e depois do projeto café com Libras?

16. Você acredita que há aspectos da sua formação inicial que poderiam ser melhorados para preparar os professores de forma mais eficaz para educação especial inclusiva? Se sim, quais são esses aspectos e como você sugere que sejam abordados?

17. Qual é a sua experiência em lidar com alunos surdos em sala de aula?

18. Quais estratégias você utiliza/utilizou para promover a inclusão de alunos surdos no ambiente escolar?

19. Que recursos ou tecnologias assistivas você utiliza/utilizou para apoiar os alunos surdos em seu aprendizado?

20. Como você promove/promoveu a comunicação eficaz entre alunos surdos, colegas de classe e você mesmo?

21. Você já participou de formações, cursos ou orientações específicas sobre educação inclusiva para alunos surdos? Se sim, como isso influenciou sua prática docente?

22. Como você adapta/adaptou seus materiais de ensino para atender às necessidades dos alunos surdos?

23. Como você avalia o progresso acadêmico e o desenvolvimento dos alunos surdos em sua sala de aula?

24. Quais desafios você enfrenta/enfrentou ao trabalhar com alunos surdos e como você os supera/superou?

25. Como você promove um ambiente inclusivo e acolhedor para todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência auditiva?

26. Você tem alguma sugestão ou recomendação para melhorar a inclusão de alunos surdos na escola?

27. Considerando que formação continuada e constante são inerentes à profissão docente, que ações/reflexões você precisa para exercer de forma eficaz a educação inclusiva, sobretudo de alunos surdos?

APÊNDICE E

PROJETO CAFÉ COM LIBRAS

DISCRIMINAÇÃO DO PROJETO

Resumo

A Língua Brasileira de Sinais/Libras é a língua materna da comunidade surda, sendo reconhecida como meio legal de comunicação e expressão no país pela Lei Nº 10.436 de 24 de abril de 2002. É por meio da língua de sinais que o surdo fará interações com a sociedade, construirá sua identidade e exercerá sua cidadania com autonomia, de forma mais expressiva e inclusiva. Desta forma o projeto de extensão Café com Libras promovido pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas-NAPNE/Campus Urucuí em Parceria com o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência- COMUDE e a Associação de Pais e Amigos Excepcionais-APAE, tem como objetivo disseminar o uso da Língua Brasileira de Sinais como instrumento de inclusão, com o aprendizado da Libras através de trocas de experiências e aprendizados, interagindo de forma descontraída em encontros semanais na APAE e nos lugares públicos da cidade de Urucuí, como praças. O projeto contará com a participação da Professora de Libras, Tradutora e Intérprete de Libras, discentes dos cursos de Licenciamento em Matemática e Ciências Biológicas do Instituto Federal do Piauí/ IFPI- Campus Urucuí e das Pessoas Surdas da cidade de Urucuí, seus familiares, público-alvo do Projeto. Esperamos com esse projeto, difundir o uso da língua brasileira de sinais, fortalecer a comunidade surda de Urucuí e integrar surdos e ouvintes para uma efetiva inclusão dos surdos na sociedade.

Justificativa

A comunicação é se faz presente na vida do ser humano desde os primórdios da existência. Foi por meio dela que nos tornamos um ser sociável, e é por meio dela que adquirimos e compartilhamos a cultura, os modos de pensamentos, crenças, valores, e acessamos diversos direitos e espaços na sociedade. Para as pessoas surdas, esse acesso é limitado, por existir a barreira da comunicação, já que o mundo é mais preparado para pessoas ouvintes. Para minimizar essa barreira de comunicação e garantir mais dignidade, direitos e acessibilidade para as pessoas surdas a Constituição da República de 1988, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015), e a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto 6.949/2009), asseguram o direito à comunicação e à informação à pessoa com deficiência. E para assegurar o direito à comunicação e informação a Lei Nº 10.436 de 24 de abril de 2002 reconhece a Língua de sinais como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda no país e dá outras providências para que seja acolhida e difundida. Nesse sentido, o Projeto Café com Libras se faz relevante por difundir o aprendizado da Libras por surdos e ouvintes. É por meio da língua de sinais que o surdo fará interações com a sociedade, construirá sua identidade e exercerá sua cidadania com autonomia, de forma mais expressiva e inclusiva.

Fundamentação Teórica

A Língua Brasileira de Sinais/Libras é a língua materna da comunidade surda, sendo reconhecida como meio legal de comunicação e expressão no país pela Lei Nº 10.436 de 24 de abril de 2002. O artigo 4º da lei menciona que o sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras, como parte integrante dos

Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, conforme legislação vigente, acrescentando em parágrafo único que a Língua de sinais não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa. Apesar do exposto na lei, a libras é pouco difundida e praticada na sociedade. Vemos a Disciplina de Libras como obrigatória nos cursos de licenciatura, mas pouco presente nas escolas de ensino básico. Embora a lei seja um caminho para a inclusão, o que constatamos é a integração dos alunos surdos na escola e não inclusão. De acordo com Mantoan (2015) se entende que o processo de integração é quando eles são apenas inseridos dentro das salas de aulas regulares e não há uma preocupação em realizar uma educação de qualidade, já a inclusão é um modelo de educação que propõe uma organização no sistema educacional para que possa atender as necessidades apresentadas pelos alunos deficientes. Nesse sentido Quadros (2003) destaca que a inclusão das pessoas surdas se concretiza com espaços em que a língua de sinais seja a língua de instrução em um ambiente cultural e social que favoreça o fortalecimento das heranças surdas para consolidação de um grupo que se diferencia a partir da experiência visual. Por isso se faz relevante que a cultura surda e a aquisição da língua brasileira de sinais sejam cada vez mais difundida, aceita e praticada pela sociedade para uma efetiva inclusão.

Objetivo Geral

O projeto Café com Libras tem como objetivo ampliar as possibilidades comunicativas e diminuir as barreiras das pessoas surdas na sociedade, com enfoque na cultura surda e no aprendizado da língua brasileira de sinais, promovendo interações entre surdos e ouvintes.

Metas

1 - Reunião de alinhamento 2 - Divulgação e inscrições do público externo 3 - Formação pedagógica da equipe 4 - Encontro de socialização 5 - Ensino-aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais 6 - Avaliação e Resultados

Metodologia da Execução do Projeto

O projeto envolverá discentes do curso de licenciatura em Matemática e Ciências biológicas do Instituto Federal do Piauí/ Campus Uruçuí, que terão momentos de aprendizado da libras através de interações descontraídas em rodas de conversa com contexto preestabelecido para a assimilação de sinais e da comunicação em libras, com surdos e seus familiares ouvintes da comunidade de Uruçuí. Os encontros acontecerão duas vezes na semana de forma presencial, podendo também haver interações por meio das plataformas virtuais. Desses dois dias, um será destinado para planejamentos, orientações, formações e produção de material com os discentes colaboradores do projeto, no próprio Campus e o outro será destinado para encontros com a comunidade surda e seus familiares na APAE e espaços públicos de Uruçuí, como praças. A metodologia adotada nesses momentos será interações de aprendizagem de forma visual através de imagens, vídeos, jogos e simultaneamente a conversação em Língua de sinais. Resultados Esperados e Disseminação dos Resultados Ao final do projeto espera-se ter oportunizado aos discentes e sobretudo as pessoas surdas e seus familiares, a aquisição da comunicação em libras, desmistificando o preconceito e receio da comunicação e socialização entre surdos e ouvintes, motivando a reflexão e a continuidade do aprendizado da língua de sinais e sua importância para inclusão da pessoa surda e interação com surdos e ouvintes na sociedade.

Referências Bibliográficas

BRASIL, Constituição da Política Federativa do Brasil de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao. Acesso em: 31 out. 2023. BRASIL, Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/D5626.htm. Acesso em: 31 Out. 2023. BRASIL, Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm. Acesso em: 31 Out. 2023. BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13146.htm. Acesso em: 31 out. 2023. MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015. QUADROS, R. M. de. Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão. Revista Ponto de Vista, Florianópolis, n.5, p. 81-112. 2003.